



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 17.967 - DF (2011/0305480-1)**

**RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
**EMBARGANTE : UNIÃO**  
**PROCURADOR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU**  
**EMBARGADO : JOSÉ DIAS DE MORAES**  
**ADVOGADO : LEANDRO GOMES DE BRITO PORTELA E OUTRO(S)**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ANISTIA POLÍTICA. MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA. ALEGAÇÃO DE PERDA DO OBJETO. NÃO APLICÁVEL. FATO NOVO INÁBIL PARA INVIABILIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RESSALVA. QUESTÃO DE ORDEM NO MS 15.706/DF. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, I OU II, DO CPC.

1. No caso concreto, não há falar em perda de objeto, já que, apesar da portaria concessiva de anistia política ter sido anulada por ato administrativo de revisão, a mesma foi suspensa por liminar concedida por este Superior Tribunal de Justiça.

2. A embargante mostra-se inconformada e busca efeitos modificativos, com a oposição dos aclaratórios, com fulcro no art. 535, I e II, do Código de Processo Civil.

3. A Portaria Interministerial 134/2011, de lavra do Ministro de Estado da Justiça e do Advogado-Geral da União, somente forma o Grupo de Trabalho que realizará o procedimento revisional; no entanto, até que haja a revisão do ato concessivo, seus efeitos não podem ser suspensos. A mesma alegação é válida para a Portaria Interministerial 430/2011, que inicia o processo administrativo de revisão, que se encontra em marcha.

4. Em consequência, não é possível suspender o fluxo da prestação jurisdicional, ao argumento de que as portarias de anistia estão sob escrutínio revisional após a edição da Portaria Interministerial 134/2010. Precedentes: EDcl no MS 15.711/DF, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe 2.6.2011; EDcl nos EDcl no MS 15.241/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 31.5.2011; EDcl no MS 15.575/DF, Rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 4.5.2011; e EDcl nos EDcl no MS 15.396/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe 4.4.2011. Inexiste contradição ou obscuridade.

5. Quanto às demais omissões alegadas, cabe indicar que o tema foi tratado no acórdão embargado, sendo evidente que a reiterada



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

alegação de violação do art. 730 do Código de Processo Civil, bem como do art. 100 da Constituição Federal - regime de precatórios - foi referida, já que a sistemática é o meio de percepção dos direitos vindicados. Logo, inexistem as omissões.

6. Cabe anotar que, em conformidade com a Questão de Ordem havida no MS 15.706/DF, julgada na Primeira Seção em 14.4.2011, o cumprimento da ordem tornar-se-á prejudicado se sobrevier a aventada revisão administrativa da Portaria concessiva de direitos.

Embargos de declaração rejeitados.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA Seção do Superior Tribunal de Justiça: "A Seção, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator." Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3a. Região) e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Ari Pargendler, Teori Albino Zavascki e Castro Meira.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Herman Benjamin.

Brasília (DF), 14 de novembro de 2012(Data do Julgamento)

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**

Relator



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 17.967 - DF (2011/0305480-1)

RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
EMBARGANTE : UNIÃO  
PROCURADOR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU  
EMBARGADO : JOSÉ DIAS DE MORAES  
ADVOGADO : LEANDRO GOMES DE BRITO PORTELA E OUTRO(S)

### RELATÓRIO

**O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS (Relator):**

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela UNIÃO contra acórdão da Primeira Seção que concedeu a segurança em desfavor da embargante, nos termos da seguinte ementa (fls. 192-193, e-STJ):

*"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIA POLÍTICA. MILITAR. INDENIZAÇÃO. PAGAMENTO. RETROATIVOS. PRELIMINARES REJEITADAS. PROCESSO DE REVISÃO EM CURSO. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO DO ATO DE ANISTIA. AUSÊNCIA DE FIRMA DO TERMO DE ACORDO DA LEI N. 11.354, DE 2006. MERA FACULDADE. EXISTÊNCIA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. MATÉRIA PACIFICADA NA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM. RESSALVADA.*

*1. Preliminar de decadência para impetração. O direito de impetração renova-se, ao passo que o descumprimento da obrigação prolonga-se no tempo, não atraindo, portanto, a fixação de um prazo decadencial para impetração. Preliminar rejeitada.*

*2. Preliminar de revisão administrativa. Ficou consignado pela Primeira Seção que a edição da Portaria Interministerial n. 134/2011, bem como da Portaria Interministerial n. 430/2011 não efetuaram a revogação dos atos administrativos de concessão de anistia. Consequentemente, não é possível antever a inexistência - de plano - de direito líquido e certo a justificar o indeferimento da inicial e a extinção do writ. Preliminar rejeitada.*

*3. Preliminar de inadequação da via eleita. O descumprimento da totalidade da Portaria Ministerial evidencia uma lacuna em fazer por parte da autoridade impetrada. Assim, não atrai o óbice das Súmulas 269 e 271, ambas do STF, nem traduz que o writ está sendo usado como ação de cobrança. Preliminar rejeitada.*

*4. Quanto ao mérito, não há sentido em alegar que o pagamento individual configura satisfação do mínimo existencial,*



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*por parte do Ministério da Defesa, muito menos em aduzir que o pagamento dos retroativos está cingido à reserva do possível. O caso concreto refere-se à existência de direito líquido e certo à percepção dos retroativos, nos termos do direito vigente.*

*5. A adesão ao Termo para o pagamento na forma proposta na Lei n. 11.354/2006 constitui mera faculdade do anistiado, uma vez que ninguém pode ser compelido a aderir a acordo para o recebimento de valor a que faz jus de forma parcelada e/ou em valor menor ao que teria direito, constituindo evidente abuso de poder o tratamento desigual aos igualmente anistiados, amparável pelo Poder Judiciário na via do mandado de segurança, nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição da República.*

*6. Demonstrada a existência de crédito específico para o pagamento dos retroativos devidos aos anistiados, e transcorrido o prazo previsto no § 4º do art. 12 da Lei 10.559/02, consubstancia-se o direito líquido e certo do impetrante ao recebimento integral da reparação econômica.*

*7. O tema encontra-se pacificado na Primeira Seção: MS 15.564/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 17.6.2011; MS 15.623/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 4.5.2011; MS 16.648/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 2.8.2011; MS 15.201/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 1º.2.2011; e MS 16.135/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 30.6.2011.*

*8. **Conexão ao mérito.** Está consolidado pelo STJ que são cabíveis juros moratórios e que deve ser aplicada a nova redação do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/90, nos termos definidos pela Lei n. 11.960/2009, conforme os EREsp 1.207.197/RS, Relator o Min. Castro Meira, DJe de 2.8.2011. Precedentes específicos:(MS 17.967/DF, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 23.5.2012, DJe 30.5.2012; MS 17.488, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 5.6.2012. MS 18.179, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 30.5.2012; e MS 18.269, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 30.5.2012.*

*9. Cabe frisar que, em conformidade com a Questão de Ordem havida no MS 15.706/DF, julgada na Primeira Seção em 14.4.2011, o cumprimento da ordem tornar-se-á prejudicado se sobrevier a aventada revisão administrativa da Portaria concessiva de direitos.*

*Segurança concedida."*

O MPF anui com ciência ao acórdão (fl. 217, e-STJ).

A União juntou petição na qual alega que a portaria de concessão da anistia política foi anulada pela superveniente Portaria n. 1.012, de 1º.6.2012, publicada no DOU de 4.6.2012. Pede a declaração de perda do objeto no writ (fls. 219-232,



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

e-STJ).

A embargante, na petição (fls. 234-248, e-STJ), aduz a existência de (1) omissão, já que sobreveio processo formal de revisão das anistias (Portaria Interministerial 134/2011). De outro lado (2), alega mais omissões (2.1), no tocante à decadência do direito de impetração; (2.2) em relação à preliminar de inadequação da via eleita, usada como sucedâneo de ação de cobrança; (2.3) quanto à ausência de comprovação de recursos para suprir o pleito do impetrante; (2.4.) em tratar da infração ao princípio da reserva do possível, bem como de descumprimento no tocante aos art. 2º e art. 167, I, II, V e VIII, da Constituição Federal; e, por fim (2.5), em analisar violação do rito dos precatórios. Por fim, alega, ainda (3), omissão, no tocante à impossibilidade de incidência dos juros de mora e de correção monetária.

Pugna para que sejam sanados os vícios apontados e concedidos efeitos infringentes ao acórdão embargado.

A União juntou cópia da Portaria n. 1.012, de 1º.6.2012, publicada no DOU de 4.6.2012 (fls. 251-252, e-STJ).

O embargada juntou petição na qual informou que impetrou o MS 17.913/DF em prol da anulação da Portaria n. 1.012, de 1º.6.2012, tendo sido concedida liminar para suspender os seus efeitos (fls. 258-260, e-STJ)

Dispensada a oitiva da embargada.

É, no essencial, o relatório.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 17.967 - DF (2011/0305480-1)**

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ANISTIA POLÍTICA. MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA. ALEGAÇÃO DE PERDA DO OBJETO. NÃO APLICÁVEL. FATO NOVO INÁBIL PARA INVIABILIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RESSALVA. QUESTÃO DE ORDEM NO MS 15.706/DF. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, I OU II, DO CPC.

1. No caso concreto, não há falar em perda de objeto, já que, apesar da portaria concessiva de anistia política ter sido anulada por ato administrativo de revisão, a mesma foi suspensa por liminar concedida por este Superior Tribunal de Justiça.

2. A embargante mostra-se inconformada e busca efeitos modificativos, com a oposição dos aclaratórios, com fulcro no art. 535, I e II, do Código de Processo Civil.

3. A Portaria Interministerial 134/2011, de lavra do Ministro de Estado da Justiça e do Advogado-Geral da União, somente forma o Grupo de Trabalho que realizará o procedimento revisional; no entanto, até que haja a revisão do ato concessivo, seus efeitos não podem ser suspensos. A mesma alegação é válida para a Portaria Interministerial 430/2011, que inicia o processo administrativo de revisão, que se encontra em marcha.

4. Em consequência, não é possível suspender o fluxo da prestação jurisdicional, ao argumento de que as portarias de anistia estão sob escrutínio revisional após a edição da Portaria Interministerial 134/2010. Precedentes: EDcl no MS 15.711/DF, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe 2.6.2011; EDcl nos EDcl no MS 15.241/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 31.5.2011; EDcl no MS 15.575/DF, Rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 4.5.2011; e EDcl nos EDcl no MS 15.396/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe 4.4.2011. Inexiste contradição ou obscuridade.

5. Quanto às demais omissões alegadas, cabe indicar que o tema foi tratado no acórdão embargado, sendo evidente que a reiterada alegação de violação do art. 730 do Código de Processo Civil, bem como do art. 100 da Constituição Federal - regime de precatórios - foi referida, já que a sistemática é o meio de percepção dos direitos vindicados. Logo, inexistem as omissões.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

6. Cabe anotar que, em conformidade com a Questão de Ordem havida no MS 15.706/DF, julgada na Primeira Seção em 14.4.2011, o cumprimento da ordem tornar-se-á prejudicado se sobrevier a aventada revisão administrativa da Portaria concessiva de direitos.

Embargos de declaração rejeitados.

### VOTO

#### O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS (Relator):

Preliminarmente, informo que é cabível o julgamento dos presentes embargos de declaração, porquanto não há falar em perda do objeto. A Portaria n. 1.012, de 1º.6.2012, na qual o MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA anulou o ato concessivo de anistia política, Portaria n. 2.196, de 1.346, de 22.10.2002, publicada no DOU em 23.12.2002, foi suspensa por decisão em sede de liminar, que transcrevo (fls. 258-259, e-STJ):

*"Às fl. 1.345/347, José Dias de Moraes requer 'seja enviado ofício/intimação ao Exmo. Sr. Presidente do Grupo de Trabalho Interministerial - Ministério da Justiça e Advocacia Geral da União, determinando a suspensão imediata dos efeitos da Portaria 1.012 de 01.06.12, em respeito ao que fora determinado pelo e. STJ, sob pena de multa diária e crime de desobediência' , pois a 'anulação da Portaria anistiadora encontra óbice em virtude do deferimento do pedido liminar proferido no presente mandamus' (fl. 1.345).*

*Oficie-se ao Ministro de Estado da Justiça para que, no prazo de dez dias, se manifeste sobre a petição, informando sobre o cumprimento da ordem concedida no presente mandamus.*

*Intimem-se.*

*Brasília, 20 de julho de 2012.*

*MINISTRO ARI PARGENDLER*

*Presidente"*

Logo, não há falar em perda do objeto.

Passo ao julgamento dos embargos de declaração.

Não prospera o recurso.

A embargante, inconformada, busca efeitos modificativos, com a



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

oposição destes aclaratórios, com fulcro no art. 535, I e II, do Código de Processo Civil.

Alega omissões.

Serão analisadas detidamente.

### OMISSÃO - JUROS DE MORA E CORREÇÃO

Não se há falar em omissão no tocante ao tema dos juros de mora e da correção monetária, porquanto inexistiu alegação pretérita neste sentido. Não é possível inovar em sede de embargos de declaração, trazendo tese que não foi submetido ao crivo do julgamento de mérito, como se omissa fosse.

Logo, não há omissão.

### OMISSÃO - PORTARIAS 134/2011

Outra omissão cinge-se à alegação de que advieram fatos novos, que importam a suspensão do feito, qual seja, a edição da Portaria Interministerial 134/2011, que deu início aos trabalhos administrativos de revisão das anistias políticas concedidas com base na Portaria 1.104-GM3/64.

Portanto, a União pleiteia a suspensão do presente processo.

No entanto, o referido diploma normativo não efetuou - por si mesmo - a revisão administrativa dos atos anteriores. Assim, até que haja a ventilada revisão, os efeitos jurídicos dos atos concessivos de anistia não podem ser suspensos.

Neste sentido:

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FATO SUPERVENIENTE. COMISSÃO DE REVISÃO DE ANISTIAS. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INVIABILIDADE.*

*1. Com amparo no art. 462 do CPC, a ora embargante traz ao conhecimento fato novo que interferiria no resultado do julgamento do mandado de segurança, qual seja, a edição da Portaria Interministerial nº 134/11 e a consequente instauração de procedimento de revisão de todas as anistias concedidas com fundamento na Portaria nº 1.104-GM3.*

*2. A Primeira Seção, na sessão de julgamento de 13.04.11, por unanimidade, indeferiu o pedido de suspensão do processo com a ressalva de que, nas hipóteses de concessão da segurança, situação dos autos, ficará prejudicado o cumprimento da ordem se, antes do*



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*pagamento do correspondente precatório, sobrevier decisão administrativa anulando ou revogando o ato de anistia.*

*3. Embargos de declaração rejeitados."*

*(EDcl no MS 15.711/DF, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, julgado em 25.5.2011, DJe 2.6.2011.)*

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIA POLÍTICA. MILITAR. FATO NOVO. PORTARIA INTERMINISTERIAL 134/2011. NÃO OCORRÊNCIA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.*

*1. A Portaria Interministerial 134/2001, que determinou a revisão formal das anistias concedidas à militares com fundamento na Portaria 1.104-GM3, por si só, não é capaz de determinar a suspensão da ação mandamental, tampouco afastar a concessão da segurança concedida no caso concreto.*

*2. Precedentes do STJ: EDcl no MS 15.201/DF, 1ª Seção, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 19.4.2011; EDcl nos EDcl no MS 15.396/DF, 1ª Seção, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 4.4.2011.*

*3. Embargos de declaração rejeitados."*

*(EDcl nos EDcl no MS 15.241/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 25.5.2011, DJe 31.5.2011.)*

*"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ANISTIA POLÍTICA. MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, I OU II, DO CPC. FATO NOVO. INÁBIL PARA INVIABILIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.*

*1. A embargante, inconformada, busca efeitos modificativos com a oposição destes aclaratórios, com fulcro no art. 535, I e II, do Código de Processo Civil.*

*2. A Portaria Interministerial 134/2011, de lavra do Ministro de Estado da Justiça e do Advogado-Geral da União, somente forma o Grupo de Trabalho que realizará o procedimento revisional; no entanto, até que haja a revisão do ato concessivo, seus efeitos não podem ser suspensos.*

*3. Em consequência, não é possível suspender o fluxo da prestação jurisdicional sob o argumento de que as portarias de anistia estão sob escrutínio revisional, após a edição da Portaria Interministerial n. 134/2010, pois "nos processos de anistia envolvendo militares, a obrigação do Ministro de Estado da Defesa em proceder ao pagamento permanece incólume até determinação em contrário do Ministério da Justiça, o qual detém a prerrogativa de realizar a revisão desse procedimento" (MS 15.295/DF, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe 22.10.2010).*



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4. Cabe frisar que, em conformidade com a Questão de Ordem havida no MS 15.706/DF, julgada na Primeira Seção em 14.4.2011, o cumprimento da ordem tornar-se-á prejudicado se sobrevier a aventada revisão administrativa da Portaria concessiva de direitos.

*Embargos de declaração rejeitados."*

(EDcl no MS 15.575/DF, Rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 27.4.2011, DJe 4.5.2011.)

**"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIA POLÍTICA. FATO NOVO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.**

1. Inexistente comprovação de ato concreto de revisão da anistia concedida ao ora embargado, a simples edição da Portaria Interministerial 134, de 16 de fevereiro de 2011, não é capaz de determinar a suspensão ou extinção do presente mandado de segurança, no qual o embargado postula o cumprimento de portaria que reconheceu a sua condição de anistiado político.

*2. Embargos de declaração rejeitados."*

(EDcl nos EDcl no MS 15.396/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, julgado em 23.3.2011, DJe 4.4.2011.)

Em consequência, não é possível suspender o fluxo da prestação jurisdicional, sob o argumento de que as portarias de anistia estão sob escrutínio revisional após a edição da Portaria Interministerial n. 134/2010.

### OMISSÕES - DIVERSOS OUTROS TEMAS TRATADOS

Há de se reiterar a inexistência de omissões no julgado embargado.

Quanto à alegação de decadência, esta foi explicitamente tratada e consta da ementa, como se vê no relatório acima. O mesmo ocorre com a preliminar de inadequação da via eleita relacionada diretamente com o entendimento da União, de que o *writ* está sendo manejado - em casos semelhantes - como sucedâneo de ação de cobrança. Ainda, há de se ressaltar que o tema da reserva do possível e da separação dos poderes foi igualmente tratado.

Há de se indicar que a alegada violação do regime de precatório, tal como normalizado pelo art. 730 do Código de Processo Civil, bem como afeto ao art. 100 da Constituição Federal, não é subsistente. Isso porque, no acórdão embargado, foi frisado que a segurança será concedida em atenção ao referido regime.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Em casos semelhantes, a Primeira Seção tem pugnado pela rejeição dos embargos de declaração opostos.

*"PROCESSUAL CIVIL. ANISTIA DE MILITAR. EFEITOS PECUNIÁRIOS RETROATIVOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL. NECESSIDADE DE PAGAMENTO SOB O RITO DO ART. 730 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. DESATENÇÃO EXTREMA DA EMBARGANTE QUE NÃO SE CONFUNDE, PORÉM, COM EXPEDIENTE PROTETATÓRIO.*

*1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.*

*2. Ao contrário do que afirma a embargante, o acórdão hostilizado contém manifestação expressa sobre os seguintes temas: a) ausência de previsão orçamentária para pagamento dos valores retroativos; b) princípio da reserva do possível; e c) incidência do rito previsto no art. 730 do CPC.*

*3. Com efeito, o provimento jurisdicional consignou que: a) 'Conforme se verifica, o argumento relativo à insuficiência orçamentária não pode ser utilizado como obstáculo, por tempo indeterminado (sine die), à impetração do writ, notadamente quando se leva em consideração a natureza do direito pleiteado (indenização decorrente de atos de exceção praticados no regime militar)'; e b) 'Caso inexista, entretanto, disponibilidade orçamentária para o imediato cumprimento da ordem, o pagamento deverá ser efetuado mediante o regular processo de execução contra a Fazenda Pública, com a expedição de precatório'.*

*4. Embora as omissões apontadas inexistam no caso concreto, deixo de aplicar a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, tendo em vista que a negligência e desatenção extrema da União, no que diz respeito à leitura e compreensão do conteúdo integral do acórdão embargado, não podem ser equiparadas à utilização de expediente protetatório. Ademais, busca-se, ainda que de forma desnecessária, como visto, prequestionar matéria constitucional para acesso ao e. STF.*

*5. Embargos de Declaração rejeitados."*

*(EDcl no MS 15.623/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 8.6.2011, DJe 14.6.2011.)*

Por fim, cabe anotar que, em conformidade com a Questão de Ordem havida no MS 15.706/DF, julgada na Primeira Seção em 14.4.2011, o cumprimento da ordem tornar-se-á prejudicado se sobrevier a aventada revisão administrativa da Portaria concessiva de direitos.



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Ante o exposto, rejeito os presentes embargos de declaração.

É como penso. É como voto.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Relator



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### CERTIDÃO DE JULGAMENTO PRIMEIRA SEÇÃO

Número Registro: 2011/0305480-1      PROCESSO ELETRÔNICO      MS      EDcl no 17.967 / DF

PAUTA: 14/11/2012

JULGADO: 14/11/2012

#### Relator

Exmo. Sr. Ministro **HUMBERTO MARTINS**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **HERMAN BENJAMIN**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **FLAVIO GIRON**

Secretária

Bela. Carolina Vêras

#### AUTUAÇÃO

IMPETRANTE : JOSÉ DIAS DE MORAES  
ADVOGADO : LEANDRO GOMES DE BRITO PORTELA E OUTRO(S)  
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA  
INTERES. : UNIÃO

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Militar -  
Regime - Anistia Política

#### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE : UNIÃO  
PROCURADOR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU  
EMBARGADO : JOSÉ DIAS DE MORAES  
ADVOGADO : LEANDRO GOMES DE BRITO PORTELA E OUTRO(S)

#### CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Seção, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator."

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3a. Região) e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Ari Pargendler, Teori Albino Zavascki e Castro Meira.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Herman Benjamin.